



SOB O MANTO DA MISERICÓRDIA

Contributos para a História
da Santa Casa da Misericórdia do Porto

VOLUME II (1668-1820)

**SOB O MANTO DA MISERICÓRDIA
VOLUME II (1668-1820)**

© Santa Casa da Misericórdia do Porto
Todos os direitos reservados

Projeto Científico

Centro de Estudos de História Religiosa
Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP)

Coordenação

Inês Amorim

Direção Científica do Volume II

Maria Marta Lobo Araújo, Helena Osswald

Comissão Científica

António Almodovar, António Matos Ferreira, Helena Osswald, Inês Amorim,
Isabel dos Guimarães Sá, Maria Antonieta Cruz, Maria Marta Lobo Araújo,
Pedro Nuno Teixeira e Virgílio Borges Pereira

Revisão de Textos

Ana Moreira, António Miguel Santos, Patrícia Costa

Secretariado

Luís Leal

Paginação

MA

Capa

FBA

Na Capa

Pormenor do Projeto para o Hospital do Porto [Hospital de S. António].
Alçado nascente e poente, copiado fielmente do original de John Carr em 1793 (ASCMP, H-13-07)

1.ª Edição

Depósito Legal: 443162/18

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

SOB O MANTO DA MISERICÓRDIA

Sob o manto da misericórdia: contributos para a
história da Santa Casa da Misericórdia do Porto

2.º v.: p. - ISBN 978-972-40-7223-4

CDU 94(469.121)“16/18”

Impressão e acabamento:

Papelmunde

Edições Almedina, SA

Julho de 2018

Centro de Estudos de História Religiosa – CEHR-UCP
Centro de Estudos de História Religiosa – Porto
Rua Diogo Botelho, 1327 – 4169-005 Porto
cehr.porto@porto.ucp.pt

Grupo Almedina
Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76 a 80
3000-167 Coimbra
www.grupoalmedina.net

Santa Casa da Misericórdia do Porto
Rua das Flores 15 – 4050-265 Porto
www.scmp.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

Índice

Siglas	11
Nota de abertura <i>Antônio Tavares</i>	13
Prefácio <i>Francisco Ribeiro da Silva</i>	17
Apresentação de um projeto <i>Paulo F. de Oliveira Fontes</i>	21
Introdução geral <i>Inês Amorim</i>	29
Introdução ao Volume II <i>Maria Marta Lobo de Araújo e Helena Osswald</i>	39
1. CARIDADE E SOCIABILIDADE: A ARTE DA GOVERNAÇÃO .	53
1.1. Governança e competências: adaptações e resistência (1668-1820). <i>Maria Marta Lobo de Araújo e Antônio Magalhães</i>	53
1.1.1. Ligação à comunidade	53
1.1.2. Momentos especiais de exclusividade do grupo: funerais	57
1.1.3. Disciplina dos Irmãos e assalariados	59
1.1.4. Situações de excecionalidade	61
1.1.5. Deixar de pertencer: castigo ou vontade próprias . . .	62
1.1.6. Atos, culto, estratégia	71

1.1.7. Empréstimos: forma de afirmação.	75
1.1.8. Assalariados e poder da Mesa.	77
1.1.9. Posição frente a outros agentes	81
1.1.10. Relação com a Coroa	85
Considerações finais.	87
1.2. O recrutamento, os gestores, os servidores	89
<i>Sara Pinto</i>	
1.2.1. A entrada de Irmãos, qualidades e hierarquias	89
1.2.2. Os Serventes – «para bom serviço da Casa».	109
1.2.2.1. Os Solicitadores.	109
1.2.2.2. Os Procuradores	112
1.2.2.3. Os Serventes de Azul	115
1.2.2.4. Os «assalariados da tumba»	119
1.2.2.5. A limpeza da Igreja	120
2. PATRIMÓNIO E ECONOMIA DA SALVAÇÃO	121
<i>Inês Amorim e Patrícia Costa</i>	
2.1. O Património – herdar e acrescentar, natureza e variações	124
2.1.1. As esmolas «extraordinárias»	125
2.1.2. Foros, pensões, alugueres e marinhas de sal.	140
2.1.3. Os legados e a economia das consciências.	153
2.1.3.1. Satisfazer e remir legados	154
2.1.3.2. Viver de juros	164
2.1.4. Papéis, botica e lotaria – «ao cuidado de Nossa Senhora»	185
2.2. Tomar Contas – ou como acudir às despesas	190
2.2.1. A arquitetura das contas	191
2.2.2. Os saldos nominais e reais: «ajustar as contas»	200
Considerações finais – crédito e confiança.	208
3. A FORÇA DOS POBRES E A CONDIÇÃO HUMANA: VIGIAR, ACUDIR E PREVENIR	233
3.1. As obras de misericórdia. Que obras, para quem e através de quem	233
<i>Helena Osswald</i>	

3.2. Do Hospital D. Lopo de Almeida ao Hospital de Santo António	257
<i>Alexandra Esteves</i>	
3.2.1. O Hospital D. Lopo de Almeida	258
3.2.1.1. O quotidiano hospitalar e os seus protagonistas	269
3.2.1.2. A alimentação.	271
3.2.1.3. Os profissionais de saúde	272
3.2.2. O Hospital das Entrevadas	283
3.2.3. O Hospital de Santa Clara	284
3.2.4. O Hospital dos Lázaros e das Lázaras.	285
3.2.5. O Hospital de Santo António	288
3.3. O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. .	295
<i>Elisabete Jesus</i>	
3.3.1. A fundação: das dificuldades à conjugação de apoios	298
3.3.2. A vida em comunidade	302
3.3.2.1. Orgânica administrativa externa	304
3.3.2.2. Orgânica administrativa interna	305
3.3.3. A admissão de recolhidas (as órfãs e as porcionistas) .	310
3.3.4. O convívio em comunidade	315
3.3.5. O vestuário, modéstia e nivelamento social	316
3.3.6. A alimentação, frugalidade em silêncio	317
3.3.7. As ligações ao exterior	318
3.3.8. A direção espiritual	319
3.3.9. A dotação das órfãs	320
3.3.10. As rendas da casa	321
Conclusão	324
3.4. Os expostos e menores	325
<i>Patrícia Alves e Ana Moreira</i>	
3.4.1. Nos bastidores da Casa da Roda do Porto: a ação da Santa Casa da Misericórdia em prol da infância desvalida da cidade	325
3.4.2. Guardiã da memória das crianças desamparadas (expostos e não-enjeitados)	326

3.4.3.	Enterrar os enjeitados falecidos	330
3.4.4.	Responsável pelos descendentes menores dos condenados do motim de 1757	335
3.4.5.	Cultuar os Santos Inocentes	336
3.4.6.	Ensinar os simples.	337
3.4.7.	Os expostos maiores de 7 anos	340
3.5.	Cuidar das almas	360
	<i>Hugo Ribeiro da Silva</i>	
4.	AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS, MATERIALIDADE/ IMATERIALIDADE: O MINISTÉRIO DAS ARTES E DA MEMÓRIA.	381
4.1.	Hospital de Santo António	381
	<i>Domingos Tavares</i>	
4.1.1.	Projeto iluminista	381
4.1.2.	Pragmatismo construtivo	394
4.2.	A música na liturgia da Misericórdia	403
	<i>Marta Seca</i>	
4.3.	Criar Memórias e Identidade	418
	<i>Ana Moreira, Patrícia Alves e Inês Amorim</i>	
4.3.1.	As manifestações públicas: a criação da memória, o poder das imagens e dos rituais	419
4.3.2.	A escrita das “lembranças”: a memória como estratégia de governação	436
	Fontes impressas e bibliografia	465
	Anexos	481
	Índices de figuras, gráficos e quadros	503
	Índice de assuntos, onomástico e toponímico.	507
	Notas biográficas dos participantes neste volume: coordenação, comissão científica e autores dos textos (por ordem alfabética do nome).	535

Introdução ao Volume II

Maria Marta Lobo de Araújo e Helena Osswald

O volume II integra o arco temporal de 1668 a 1820, tempo de grandes mudanças na Misericórdia, no Porto e no país. Em termos de Misericórdia, que constitui a nossa principal preocupação, assiste-se a alterações significativas, mas também a permanências. As mudanças sentem-se desde logo em termos de institucionalização do sistema, que consideramos muito forte. A Santa Casa preocupa-se em normalizar procedimentos, tendentes a uma mais fácil governabilidade, o que não se estranha dado o crescimento institucional. Estamos perante uma Confraria de grandes dimensões, que cresce muito e que adota instrumentos normativos, tendentes a aplacar dissonâncias e a criar dinâmicas uniformizadoras. Os regulamentos criados para diferentes setores materializam essas preocupações e expressam essa tendência. Temo-los no Hospital, no Cartório, nos Capelães do Coro, no Recolhimento das Órfãs...

Mas se a institucionalização se verifica, a dotação individual caminha para um lugar secundário, à medida que o tempo vai avançando.

Por outro lado, o facto de estarmos perante uma grande Misericórdia que pratica assistência através de um conjunto alargado de instituições, obrigou-a a uma escrita organizada, não apenas devido à gestão do património móvel e imóvel, mas também por causa das obrigações assumidas aquando da aceitação dos legados. Apesar de os Livros de Lembranças serem muito úteis para a administração da Santa Casa, não eram suficientes para uma Confraria com os subsectores de atividade que esta tinha. Impunha-se um Cartório a funcionar, o que levou uma certa profissionalização neste setor.

Nestes 150 anos em análise conhece-se uma Misericórdia em franco desenvolvimento e afirmação, pujante como poucas, que atinge o seu maior esplendor com o início da construção do Hospital de Santo António, em 1771. Nesta altura, a Santa Casa do Porto é procurada por muitos benfeitores, que lhe confiam toda ou parte da sua herança, instituindo importantes legados para as suas almas, mas também para os pobres. Esse aumento de legados materializa-se na constituição do seu património móvel e imóvel, nas cerimónias e rituais públicos, no crescendo do corpo de Capelães, de missas e de cerimónias religiosas. A Santa Casa procura através dos rituais públicos reforçar a sua identidade, criando uma imagem pública de grande notoriedade em termos locais e que se deseja próxima da Misericórdia da capital. Lisboa constitui-se como modelo para uma cidade em crescimento como é o Porto.

Mas a relação com Lisboa, recorda de imediato a Coroa e os pendentos com a Santa Casa do Porto. Sempre que precisou, a Coroa bateu à porta da Santa Casa para que esta lhe comprasse padrões de juro. A Confraria foi procurando satisfazer as necessidades do erário público, mas não viu satisfeitos atempadamente os compromissos assumidos pela outra parte. Por isso, não se estranha que a Coroa fosse entendida como responsável por alguns males da Confraria, por não lhe pagar os padrões de juro. Os juros reais penalizavam-na muito, o que se reflete bastante no discurso produzido internamente.

Na grande secção **Caridade e Sociabilidade: a arte de governação** debate-se a gestão da Santa Casa do Porto e sublinha-se as mudanças produzidas na sociedade e na Confraria, mas também as resistências por ela oferecidas. A imagem pública, realçada também na adoção de símbolos identificadores, constitui-se através dos rituais da Confraria que, para além de publicitarem as ações desenvolvidas, procuravam também desenvolver o espírito de corpo, como se verificava, por exemplo, nos funerais dos Irmãos. A imagem criou-se ainda através do aspeto exterior dos Serventes, que passaram a usar “capa azul”. Internamente, as mudanças sentiram-se em vários aspetos do quotidiano institucional. No exercício dos cargos e nas eleições, o Compromisso nem sempre era respeitado, nomeadamente a propósito da reeleição do Provedor,

usando-se como argumento a necessidade de acompanhar obras de vulto, como aconteceu em 1767. Porém, se houve momentos em que se assistiu à reeleição, houve também quem fosse eleito e recusasse servir, quer por motivos consideráveis atendíveis, quer por desinteresse pelo desempenho de lugares considerados de grande responsabilidade e poder. Nesta última situação, o risco era quase inevitável, embora o reingresso estivesse igualmente ao alcance, geralmente na Mesa seguinte. Ser expulso podia acontecer por motivos diversos, todos considerados muito graves e merecedores de pena maior. Para além de castigar a infração cometida, o risco visava assumir ainda um carácter pedagógico para futuras prevaricações.

Os atos de culto serviram também para engrandecer a imagem da Confraria. Promover cerimónias públicas de elevada notoriedade constituía uma estratégia de afirmação de poder. A Irmandade procurou por diversos meios cuidar da sua imagem, apesar da conflitualidade conhecida em alguns setores a nível interno. Os Capelães foram causadores de problemas, mas os conflitos existiram de igual forma com instituições da cidade: a Ordem Terceira de São Francisco e a Confraria da Caridade de Nossa Senhora do Terço servem apenas como exemplos.

No campo da assistência as alterações foram sentidas em vários setores, mas a Santa Casa agia sempre no sentido de manter o estatuto de notoriedade alcançado, superando desafios surgidos em termos internos e externos.

No ponto 1.2. analisa-se o recrutamento de Irmãos, as “qualidades” que estes deviam possuir e as hierarquias existentes. Estuda-se a eleição para a provedoria, cargo ocupado pelos melhores da cidade, ainda que para tanto não se cumprisse o Compromisso.

No arco temporal em análise constata-se o crescimento e consolidação do poder da Misericórdia, o que se sente igualmente na atração de novos membros. Os mais importantes da cidade estão na Misericórdia, sentindo de forma acentuada a presença dos eclesiásticos e, a partir da segunda metade do século XVIII, dos mercadores. Nela encontram-se também presentes os homens da Câmara e da Relação. O crescimento da instituição esteve, por um lado, ligado à chegada de legados, e por

outro, ao volume de Irmãos, o qual cresce muito para além do permitido pelo Compromisso, evidenciando as necessidades da Misericórdia para o cumprimento das muitas tarefas que se impunham. A integração de novos membros obedeceu a uma metodologia que se foi alterando no tempo: ora fez introduzir Irmãos anualmente em número elevado, ora foi doseando a sua entrada de forma gradual.

A Confraria recrutava os Irmãos principalmente na zona intramuros da cidade. No que diz respeito aos Irmãos de segunda condição, verifica-se uma grande variedade de profissões, o que atesta o crescimento da cidade e o seu dinamismo interno. Em 1767, a Confraria acaba com a distinção entre Irmãos nobres e oficiais, antecedendo o que se verificou em muitas outras.

Para satisfazer as tarefas assistenciais, a Misericórdia contou desde sempre com um corpo de assalariados, que vai crescer no período em análise, em correspondência direta com as suas necessidades e as diferentes valências que tinha em funcionamento. Neste capítulo estudam-se os perfis e as funções dos Solicitadores, Procuradores, Serventes de Azul, Sacristães e homens que carregavam a tumba. Percebe-se as muitas tarefas a desempenhar em setores fundamentais da vida confraternal, mas também a plasticidade exigida a alguns destes assalariados, obrigados a desdobrarem-se por algumas tarefas, como acontecia, por exemplo, com os Serventes de Azul e mesmo com os Sacristães.

O capítulo II debruça-se sobre o **Património e Economia da Salvação**, destacando o investimento feito pelos homens na salvação das suas almas e o seu reflexo numa instituição de caridade. Numa primeira abordagem procura-se entender como ao longo do período em análise se sustentou economicamente a Santa Casa, analisando-se as receitas. Esmolas “extraordinárias” provenientes principalmente da ação dos pedidores, mas também das caixas que a Misericórdia possuía, dos peditórios realizados nos enterros e de outros feitos em anos de aflição financeira, resultavam numa fatia interessante de receitas, embora não constituam uma receita fixa, porquanto algumas destas entradas decaíam acentuadamente ao longo do tempo. Em momentos de gastos mais elevados, solicitou-se ajuda para obras na Igreja de grande vulto e a construção do novo Hospital. Mas a

ação caritativa dos devotos manifestava-se também na doação de roupas para o Hospital e até na entrega de peças de ouro.

Uma outra parcela dos ingressos era constituída pelos foros, pensões, alugueres e rendimentos provenientes das marinhas de sal, de Aveiro. Considerada a importância desta fonte de receitas, a Santa Casa procedeu, ao longo do período em análise, à elaboração de tombos, como se verificou em 1740, e de roteiros de propriedades situadas na cidade, como se constatou entre 1791-1793. Apesar de ser difícil manter sob controlo um setor já de si complicado, quando as propriedades se situavam longe do Porto, a situação agravava-se. Para gerir melhor o património das marinhas, a Santa Casa procedeu a alterações, decidindo-se em 1768 pela administração própria.

A aceitação de legados se, por um lado, significava a integração de património ou de dinheiro, acarretava também responsabilidades, algumas delas «enquanto o mundo durar». Era, por conseguinte, aconselhável atuar com cautela e de forma preventiva para que mais tarde não surgissem problemas de difícil resolução. A Santa Casa foi ganhando experiência e passou a escrutinar bem as cláusulas exigidas, principalmente na segunda metade do século XVIII e primeiras duas décadas do seguinte, quando conheceu o mais robusto volume de legados, vindo da metrópole, mas também do Império, principalmente do Brasil. Tomaram-se medidas para controlar o cofre, para conhecer as missas que estavam em atraso, pois o setor dos legados e a complexidade da gestão que lhe estava inerente exigia uma vigilância constante e cuidados acrescidos. As pesadas obrigações dos legados recebidos vão, como aconteceu nas congéneres, conduzir à incapacidade de os cumprir, como se verificou em vários momentos de Setecentos.

Com poucas oportunidades de investimento, a Misericórdia canalizou o dinheiro disponível para empréstimos a juros. Neste mundo do crédito em que a Confraria nunca se negou a comprar padrões de juro à Coroa, o que a consome ao longo destes 150 anos, por falta de pagamento, também solicita crédito a juro, em alguns momentos de aflição, quer junto de particulares, quer de instituições. Este era um setor vital para a Santa Casa, pois representava a fatia mais volumosa das receitas em 1768/1769

e em 1816/1817. Mas a Confraria constitui-se igualmente como um “banco” ao receber dinheiro de particulares para lhes entregar um juro pelo capital “depositado”.

Uma nova forma de angariação de verbas foi acionada em 1791 com a lotaria criada pela Misericórdia do Porto, numa altura de grandes despesas com a construção do novo Hospital.

Em simultâneo, a Santa Casa sentiu necessidade de fazer contabilidades separadas nos diferentes hospitais que tutelava e no Recolhimento das Órfãs e de proceder a mudanças na sua contabilidade. Essa preocupação é, aliás, expressa em algumas manifestações dos Escrivães ao procederem a “recopilação” das contas. Possuir uma contabilidade ágil e ordenada era sinal de boa gestão, o que significava reputação e prestígio em termos locais.

O setor das despesas é igualmente analisado, sublinhando-se a consciência com que se encararam os anos de dificuldade e as dívidas que se foram acumulando. Dívidas internas constituídas por se retirar, a legados com fins específicos, dinheiro para gastos noutros setores, pondo em causa o cumprimento dos fins. A discussão interna sobre este aspeto incide não só na legitimidade de tal procedimento do ponto de vista jurídico-moral, mas também na racionalidade económico-financeira. Com o avançar dos anos é atribuído ao setor da saúde um peso maior e determinante. Se inicialmente a contabilidade apresentava um equilíbrio entre receitas e despesas, para finais do século XVIII inicia-se uma fase de descontrolo entre elas, verificando-se um crescendo das despesas relativamente às receitas. A situação nacional em termos políticos e económicos refletia-se na cidade e no microcosmo da Misericórdia.

A Força dos “Pobres” e a Condição Humana: vigiar, acudir e prevenir constitui a secção em que se analisa a ação assistencial da Santa Casa.

As obras de misericórdia praticadas pela Misericórdia do Porto no período estudado integram-se no seu texto normativo, nas decisões do seu órgão diretivo e na vontade expressa dos benfeitores e são discutidas no ponto 3.1. A prática das obras de misericórdia encontra nesta secção uma tentativa de sinalização e avaliação de quais as obras que ocuparam o lugar central na atenção dos Irmãos ao longo deste período e as marcas que esta prática deixou na Misericórdia no período em estudo.

Inspirados no modelo da vida de Cristo e sob a proteção de Nossa Senhora, os Irmãos desenvolvem um conjunto de ações junto dos que mais precisam corporal e espiritualmente. Integrava a sua ação no prescrito no Compromisso, que estabelecia critérios de auxílio, ao definir os pobres que deviam prover, mas também na vontade dos legatários quando definiam igualmente critérios para ajudar pobres.

Neste capítulo III integra-se o Hospital de D. Lopo no percurso dos hospitais portugueses da Idade Moderna, atendendo às dinâmicas da Confraria e às necessidades da cidade e dá-se a conhecer o crescimento desta instituição que levou à construção do Hospital de Santo António (ponto 3.2.).

Para regular os procedimentos internos dos doentes, dos profissionais de saúde, dos assalariados e dos administradores, ou seja, dos que estavam dentro de portas, o Hospital dispôs de regulamentos: 1592, 1680, 1722 e 1745. A reforma dos textos regulamentares demonstra claramente a necessidade de atualizar as regras em momentos de aumento de doentes e de assalariados associados a este setor. Apesar da existência de regulamentos, constata-se para determinados momentos perturbação e incumprimento, que se espelha na preocupação crescente da instituição em impor regras e normalizar procedimentos.

Com o avançar do século XVIII e a necessidade de se adaptar às novas necessidades dos enfermos, o Hospital discutiu a questão dos cuidados com os convalescentes e tentou perceber das vantagens em manter ou não a enfermaria própria para este grupo, e ensaiou novos critérios para o internamento de doentes, sempre que surgiam crises na cidade e crescia a procura hospitalar.

A Santa Casa preocupava-se com o quotidiano hospitalar, nomeadamente com os espaços e a sua limpeza, a alimentação e o desempenho de todos os profissionais de saúde, designadamente dos Médicos, Cirurgiões, Sangradores e Enfermeiros. A Botica e os Boticários são igualmente focalizados na análise para demonstrar as soluções adotadas relativamente a ser servida pelos Boticários da cidade ou ter Botica própria. Também neste setor se impõem regras e se procura normalizar procedimentos, através do regulamento criado em 1766 para a Botica e o Boticário.

Não perdendo de vista os espaços hospitalares especiais, como os dedicados a pessoas frágeis, incapacitadas e idosas, na tradição multiseular, mas submetidos a gestão específica, surge a necessidade de pensar um novo Hospital obedecendo a novos conceitos, concretizado na construção do Hospital de Santo António que permitirá o encerramento de portas do Hospital de D. Lopo, em 1803.

O estudo sobre a assistência da Santa Casa a mulheres em clausura encontra-se no ponto 3.3. Fundado em 1722, a partir do remanescente de um legado, que não tinha como objetivo primeiro a ereção deste tipo de casas, o recolhimento de Nossa Senhora da Esperança configura o auxílio prestado pela Misericórdia a raparigas órfãs em contexto de reclusão. Com o objetivo de preservar a honra feminina e de auxiliar raparigas num momento considerado de maior perigo, a juventude, a instituição abriu portas em 1731, após ter ultrapassado as dificuldades iniciais de conjugar esforços financeiros para a sua construção. O peditório feito junto da Câmara, do Cabido, de particulares e mesmo de emigrantes portugueses residentes na Baía agregou as vontades suficientes para que se inaugurasse, embora sem estar totalmente pronto.

Com uma estrutura interna vertical em termos administrativos, que passava pela Regente, primeira responsável pela gestão diária da instituição, e um corpo profissional de colaboradores, a instituição era supervisionada por Mesários adstritos ao seu governo, sendo, por exemplo, o Escrivão da Casa que escriturava todos os livros do Recolhimento. Ou seja, a Misericórdia conferia grande importância a esta instituição, o que se repercutia na sua administração.

Para além de órfãs, o Recolhimento admitia ainda porcionistas, que cumpriam o prescrito no Compromisso, o qual exigia-lhes pureza de sangue e isentava-as de alguns trabalhos domésticos.

A análise a esta instituição estuda ainda as sociabilidades internas, o vestuário e a imagem normalizada criada a todas as órfãs a partir das roupas usadas, as práticas alimentares, a assistência espiritual proporcionada a todas as internadas, os dotes concedidos para casar e a comunicação com o mundo secular.

O auxílio aos expostos é debatido no ponto 3.4. A Santa Casa dispunha de diferentes modalidades de assistência às crianças abandonadas pela cidade. Na Casa da Roda, que abriu portas em 1689, e que ficou na gestão da Misericórdia por acordo com a Câmara, ofereciam-se vários serviços aos que tinham sido abandonados à sua sorte, em termos materiais e espirituais, mas a Confraria auxiliou também os filhos menores dos condenados do motim de 1757, criando programas alternativos para os mais jovens e os mais crescidos.

A partir de 1838, a Misericórdia do Porto deixou de prestar auxílio aos enjeitados menores de 7 anos de idade, mas a sua vertente assistencial a estas crianças manteve-se ativa através da ajuda prestada aos expostos inválidos. Esta prática foi possível devido a legados instituídos para esta finalidade, a partir de 1783.

Esta análise chama a atenção para um outro tipo de pobres e constitui um importante contributo em termos historiográficos, por fazer luz sobre uma temática muito pouco conhecida.

Flexível e atenta, a Misericórdia manteve uma ação alargada de auxílio aos expostos, adaptando-se às necessidades dos pobres desamparados e desenvolvendo linhas de ação para os casos mais problemáticos, já no século XIX, como no caso dos loucos ou a necessidade de prover até idades mais tardias a proteção dos adolescentes débeis, incapazes de entrarem no mercado de trabalho.

Cuidar das almas (3.5.) implicou desde sempre a existência de um corpo de Capelães que se robustece em relação direta com o crescimento do número de legados e as cerimónias religiosas. Este corpo de sacerdotes exercia funções nas diferentes instituições da Confraria e conheceu desde sempre uma estrutura vertical, que tinha no vértice o Capelão-Mor. A trabalhar na Igreja, mas também no Hospital, onde celebravam, sacramentavam e ajudavam a bem morrer, os Sacerdotes constituíram também motivo de conflito, por nem sempre cumprirem as suas tarefas como deviam. Para mais comodamente levarem o sagrado viático aos doentes, em 1719 foi construída uma capela no Hospital de D. Lopo, com base num legado recebido.

Alguns Capelães exerciam também funções no Coro, instituição que foi crescendo ao longo do século XVIII, apresentando vinte elementos em

1812, mesmo depois de ter sido suspenso em 1809. Considerada a sua importância, a Confraria reformulou o regulamento do Coro em 1726 e em 1762 e criou regimento próprio para o Presidente do Coro, em 1745.

Por se tratar de um setor muito importante, a Santa Casa mantinha sob estrita vigilância todos os que nele estavam envolvidos, uma vez que estava em causa o seu crédito público. A receção de legados implicava o seu cumprimento e quando isso não se verificava e estes entraram em “falência”, a Santa Casa procurou pareceres junto de pessoas consideradas doudas para saber como atuar. Legados “falidos”, dívidas por cobrar, missas por celebrar e falta de Sacerdotes para as dizer pelo preço estipulado, constituíram preocupações que foi necessário resolver.

Apesar do breve alcançado em 1727 para reduzir missas, a Misericórdia concorria com as muitas Igrejas da cidade na atração de legados, procurando que a sua Igreja apresentasse uma imagem de poder e grandeza, ao que se agregava as muitas cerimónias públicas que promovia e das devoções que incrementava.

No âmbito das **Representações Simbólicas, Materialidade/Imaterialidade: o ministério das artes e da memória** integra-se o estudo da construção do Hospital de Santo António, no ponto 4.1. Grande projeto iluminista, o modelo concebido pelo arquiteto inglês John Carr reflete a opção seguida pelos hospitais europeus da época e a vontade da Misericórdia do Porto em dotar a cidade de um equipamento destinado à saúde de grandes proporções e monumentalidade. Esta foi também uma estratégia da Santa Casa para em termos artísticos se aproximar do que de mais moderno se praticava na construção hospitalar.

Arquiteto com grande experiência de construção de edifícios em Inglaterra, de que York é o melhor exemplo, John Carr inspirou-se no modelo renascentista italiano, adaptando-o às novas tendências iluministas da época. Nele conjuga-se «a tendência erudita da época com o jogo clássico da experimentação mediterrânica», como nos é dito no texto. A planta que envia ao Porto materializa os novos conceitos em termos de arquitetura hospitalar para a saúde, obedecendo ao prescrito pelos higienistas, sobretudo no que diz respeito à circulação e renovação do ar nos espaços interiores.

Iniciado em 1770, com o lançamento da primeira pedra, embora as obras só arrancassem no ano seguinte, o projeto esteve sujeito a várias vicissitudes internas e externas à Misericórdia, mas que levaram a interrupções, principalmente devido à conjuntura interna da própria Confraria e a fatores externos da cidade e do país. Esses condicionalismos estiveram na base das várias fases de construção e no arrastamento da sua conclusão até ao século xx.

Um projeto com as dimensões do Hospital de Santo António estaria sempre associado a dificuldades de concretização, desde logo pela ausência do arquiteto, que nunca se deslocou à cidade, mas também pelas dificuldades inerentes à direção das obras e às mudanças feitas neste setor. Certo é que apesar desses constrangimentos, o Hospital, localizado na zona oeste, afastada do centro urbano, embora em crescimento, vai obrigar a obras de melhoramento no seu entorno, dando agora visibilidade a uma zona da cidade que se vai afirmando.

A materialização deste projeto consolida a posição da Misericórdia na cidade, conferindo-lhe uma nova dinâmica em termos de assistência à doença, e reflete o seu poder e prestígio. Ser capaz de erguer uma tão importante estrutura no campo da saúde era também servir os mais necessitados em equipamentos de vanguarda, sem precedentes na cidade do Porto.

No ponto 4.2. analisa-se a música produzida na Santa Casa e a sua função nas práticas caritativas da instituição. Sublinha-se a importância e o significado dos Capelães do Coro nesses momentos, mas também das vozes infantis que se lhes agregavam, criando maior brilho à polifonia.

A utilização da música era sempre importante, mas existiam alguns momentos do calendário litúrgico que, pelo seu significado, eram mais relevantes. Falamos da Semana Santa, da Visitação e do Natal, mas igualmente de outras festividades, altura em que plantel de músicos podia ser reforçado.

Nos regulamentos produzidos para os Sacerdotes do Coro estipulam-se com rigor as atribuições de cada um dos Capelães, obrigando-os a competências específicas no domínio do canto ou no toque do órgão.

No ponto 4.3. debatem-se as representações simbólicas da Misericórdia em termos materiais e imateriais do seu património. Privilegia-se o «imaginário visual, cerimonial e ritualístico» para demonstrar como se foram reforçando as representações simbólicas da instituição em período barroco.

A Misericórdia do Porto servia-se das grandes manifestações públicas que promovia, como eram as procissões, os sermões, as festas, os enterros, isto é, quando saía à rua e se dava a ver, para impressionar, demonstrar grandeza, pujança e magnificência, numa relação direta com o que se passava na sua congénere de Lisboa, a quem seguia e pretendia igualar. Também as cerimónias em que participava a convite eram tidas em grande cuidado para não desmerecer. A Confraria conhecia bem a importância destes momentos e preparava-os com cuidado, de modo a impressionar e a demonstrar todas as suas potencialidades.

Nessas ocasiões seguia-se o modelo da Sé catedral do Porto. Era altura para apresentar grandes momentos musicais, manifestação de poder, mas simultaneamente de apreço pela comemoração.

Os enterros dos Irmãos eram sempre ocasiões de muito investimento, por constituírem cerimónias de grande significado. A obrigatoriedade de figurarem todos os Confrades era por si uma imposição estatutária que refletia piedade com o Irmão falecido, mas que reforçava também a identidade da instituição. A organização do desfile, as vestes envergadas, a tumba, as alfaias religiosas utilizadas e a presença dos Capelães conferiam ao momento muita dignidade e expressavam o apreço da instituição pelo seu Irmão morto. Com a organização destes cortejos fúnebres, a Santa Casa reforçava o seu crédito em termos locais e demonstrava a futuros interessados em pertencer-lhe a dignidade com que eram tratados num momento tão importante como era o da morte.

Honrar os mortos e cumprir todas as suas vontades exigia da Confraria um alargado número de Capelães, alguns deles a rezar no Coro. Para normalizar procedimentos, foi criado um regimento para estes padres em 1771, obrigando-os a comportamentos consentâneos com o rigor imposto pelas normas.

Cuidar dos vivos e dos mortos constituiu sempre o lema das Misericórdias, por isso, atender os benfeitores integra-se nesta grande matriz que norteou

estas confrarias. Não se estranha, por conseguinte, a construção de um jazigo para benfeitores em 1789, estratégia que contribuía de igual forma para criar memória e reforçar identidade.

A criação de memória institucional esteve também diretamente ligada à escrita. Este foi um setor que a Misericórdia teve em consideração ao longo do período estudado, procedendo a profundas alterações. A relevância do setor na gestão diária principalmente de alguns assuntos, como era, por exemplo, o dos legados, levou-a a cuidados particulares, tendo-se contratado em 1667 um homem para organizar a documentação existente. Porém, só a partir de 1702 passa a existir definitivamente um Cartório. Este setor foi dotado de regimento próprio em 1767. Durante o século XVIII, o Cartório cresceu muito, levando à contratação de mais gente para este setor. Ao Cartório permanente agregou-se um lugar, mais tarde dois, de Ajudante. No começo de Oitocentos eram já três os Ajudantes a trabalhar no Cartório. Em função do volume de escrita e das necessidades, em 1820 acrescentaram-se adendas ao regimento e em 1824 foi criado o lugar de Mordomo do Cartório.

O registo da memória da Confraria ganhou uma grande importância no período em análise, consubstanciando-se numa atenção particular que é dada pela Mesa a este setor, porque por ele passava direta e indiretamente a imagem da instituição. Para além da memória que criava e alimentava, o Cartório significava também a sua imagem pública, que se desejava aumentada e dignificada.

Ao leitor fazemos o convite de percorrer estas páginas, pois nelas encontrará muitos motivos de interesse para aprofundar o conhecimento de uma instituição grandiosa e pujante como foi a Misericórdia do Porto entre 1668 e 1820.

«Não quero nem desejo atrasar o leitor no encontro com estas páginas de História, onde os dias e as noites se foram sucedendo, umas vezes com sucesso, outras com dificuldades, mas sempre com o empenho no cumprimento de uma missão que se traduz nas Obras de Misericórdia. Este trabalho vai permitir ter uma visão integrada do que foi e é a vida da Misericórdia do Porto ou da Santa Casa. Vai possibilitar, ainda, afirmar uma identidade e um trajeto de ideias e valores.

Em resumo, vai também poder dizer ao Porto e a Portugal que os homens bons do burgo sempre souberam servir o próximo.»

António Tavares,
Provedor da SCMP

«Na verdade, pouco adianta proclamar que a Santa Casa da Misericórdia do Porto é uma das instituições mais antigas da cidade do Porto se se ignorar o que ela foi, o que fez, como o fez, com quem e com que meios. Numa palavra, conhecer a identidade da instituição é a pedagogia indispensável para se programar e corresponder à conjuntura do presente e projetar o futuro. Não é o passado pelo passado que mais interessa, mas conhecendo-se o passado, as mudanças grandes e pequenas que o presente e o futuro sempre exigem, serão mais objetivas e, porventura mais exequíveis.»

Francisco Ribeiro da Silva,
Mesário do Culto e da Cultura da SCMP



CATOLICA

CEHR · CENTRO DE ESTUDOS
DE HISTÓRIA RELIGIOSA

LISBOA

GRUPOALMEDINA

ISBN: 978-972-40-7223-4



9 789724 072234